



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640198 - SP (2021/0013607-1)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : LUCIMAR GUIMARAES
ADVOGADO : LUCIMAR GUIMARÃES - SP354893
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIMAR GUIMARAES
CORRÉU : ELIENE LIMEIRA SANTOS TAVARES
CORRÉU : AMILTON SILVA GOMES
CORRÉU : JOSÉ APARECIDO VENÂNCIO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIMAR GUIMARAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2265286-09.2020.8.26.0000).

A impetrante-paciente foi condenada à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incursa no art. 344 do CPP, por duas vezes, e teve indeferido o pleito para o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição retroativa.

Impetrado prévio writ na origem, a liminar foi indeferida pelo Desembargador relator.

Sustenta tratar-se de hipótese de abrandamento da Súmula n. 691 do STF.

Alega que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que teria ocorrido a prescrição da pretensão executória da punibilidade, porquanto entre os marcos interruptivos teria decorrido prazo superior ao previsto legalmente, não havendo que se falar em interrupção do prazo pelo acórdão que confirma a condenação.

Aduz que o trânsito em julgado para o Ministério Público ocorreu em setembro de 2012, o que ensejaria o reconhecimento da extinção de sua punibilidade.

Requer, liminarmente e no mérito, a extinção de sua punibilidade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE

DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, considerando os fundamentos explicitados pelo Desembargador relator que pontuou “que documentos apresentados, não há possibilidade de se analisar, agora, a ocorrência da prescrição, sendo que melhores informações ainda deverão ser colhidas, viabilizando-se, ao final, segura decisão a respeito da questão. Dessa forma, ilegalidade nenhuma, aparentemente, padece a r. decisão que, motivadamente, deixou de acolher o pleito deduzido. Liminar, por lógica, que não é manifestamente cabível” (fl. 128).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência